

Article

Universidade e Território: Aproximações por Meio da Investigação-Ação-Participativa

Pamela Cichoski¹ , Marlice Rubin-Oliveira² 

¹ Doutoranda da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. ORCID: 0000-0002-5890-4518. E-mail: pamelatraducao@gmail.com

² Doutora. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. ORCID: 0000-0003-3234-7562. E-mail: marlice.rubin@gmail.com

RESUMO

O diálogo de saberes- fazeres, considerando a perspectiva decolonial, tem nos auxiliado em leituras de território que perpassam relações sociais, culturais e ambientais. Esse movimento acontece a partir das coexistências espaço-temporais, bem como perpassa debates epistêmicos e conceituais acerca da descolonização do conhecimento, voltado para a ressignificação das formas de aprender-pesquisar-fazer-ensinar, ciências 'outras' e populares. Esse movimento busca reforçar relações universidade-território, com mais proximidade e contextualizadas com o lugar. O que requer a tessitura de movimentos em redes de sentir e pensar o mundo, considerando as diferenças, lugares, sujeitos, naturezas e territórios. Desse modo, no presente texto, buscamos refletir sobre a Investigação-Ação-Participativa (IAP), como caminho de coprodução de saberes-fazeres socioambientais, na relação universidade-território, tendo como base nossa práxis territorial no Centro de Integração Madre Maria Domênica, em Francisco Beltrão, Paraná, Brasil. Para tanto, dividimos nossa reflexão em dois momentos, primeiro abordamos a metodologia IAP, buscando evidenciar os princípios fundamentais, fases, níveis e regras orientados pela obra de Orlando Fals Borda. E no segundo momento, buscamos refletir sobre algumas impressões acerca da coprodução de conhecimentos realizada no lugar e com os sujeitos. Assim, entre as principais aprendizagens estão a importância da inserção social com compromisso político, o que fortalece a relação sujeito-sujeito, contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas com enraizamento territorial, e a importância de pesquisas participativas para a transformação social local.

Palavras-chave: IAP; universidade; território.

ABSTRACT

The dialogue of know-how, considering the decolonial perspective, has helped us in readings of territory that permeate social, cultural and environmental relations. This movement takes place based on space-time coexistence, as well as permeating epistemic and conceptual debates about the decolonization of knowledge, aimed at re-signifying the ways of learning-researching-doing-teaching, 'other' and popular sciences. This movement seeks to reinforce university-territory relations, more closely and contextually with the place. This requires the weaving of movements into networks of feeling and thinking about the world, considering differences, places, subjects, natures and territories. Therefore, in this text, we seek to reflect on Participatory-Action-Research (IAP), as a path of co-production of socio-environmental knowledge/doings, in the university-territory relationship, based on our territorial praxis at the Madre Maria Domênica Integration Center, in Francisco Beltrão, Paraná, Brazil. To this end, we divided our reflection into two moments, first we approached the IAP methodology, seeking to highlight the fundamental principles, phases, levels and rules guided by Orlando Fals Borda. And in the second moment, we seek to reflect on some impressions about the co-production of knowledge carried out in the place and with the subjects. Thus, among the main lessons learned are the importance of social insertion with political commitment, which strengthens the subject-subject relationship, contributing to the development of research with territorial roots, and the importance of participatory research for local social transformation.

Keywords: IAP; university; territory.



Submissão: 05/08/2024



Aceite: 13/09/2024



Publicação: 07/11/2024



Introdução

Nos últimos anos, muito se tem debatido sobre a importância da produção de conhecimentos voltados para a transformação social, ou ainda a necessidade de aproximações entre universidades e os territórios. Esse movimento, vem ao encontro da valorização dos sujeitos e dos lugares, a partir da realidade social. Assim, metodologias e paradigmas participativos e com enraizamento/pertencimento, tem ganhado espaço nas pesquisas, alinhando-se com a perspectiva da práxis. É nesse contexto, que a metodologia de Investigação-Ação-Participativa (IAP), foi sendo construída, considerando os processos geo-históricos e políticos que dinamizaram a América Latina, principalmente na segunda metade do século XX.

A Investigação-Ação-Participativa (IAP) é uma metodologia de pesquisa e práxis territorial voltada para a transformação social, tendo em Orlando Fals Borda um dos seus principais pensadores e difusores, lançando na década de 1970, a escola latino-americana de IAP, configurada a partir da crítica à ciência moderna e aos métodos e paradigmas euro-norte-cêntricos. Entre as inúmeras obras de Fals Borda, destacam-se a busca pela construção de um paradigma latino-americano e por uma ciência própria e popular, na qual destacou-se a IAP (Cataño 2008; Mota-Neto 2016; Cichoski 2021).

O objetivo do presente texto é refletir sobre a IAP como caminho de coprodução de saberes-fazeres socioambientais, na relação universidade/território, tendo como pano de fundo uma experiência em curso – pesquisa de doutorado no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR- junto ao Centro de Integração Madre Maria Domênica (CIMMAD), em Francisco Beltrão- PR. Assim, este texto está dividido em dois momentos, em que no primeiro apresentamos a metodologia IAP e seus princípios e fundamentos basilares e no segundo, analisamos a coprodução de saberes e fazeres socioambientais, a partir da nossa experiência no CIMMAD.

O CIMMAD, é uma instituição religiosa sem fins lucrativos, coordenado pelas Congregação das Pequenas Irmãs da Sagrada Família, tendo como mantenedor principal a Caritas Diocesana de Palmas. Essa instituição tem como projeto social, o atendimento da comunidade do bairro Padre Ulrico, ofertando 160 vagas para crianças de 4 a 12 anos, em regime de contraturno escolar. As atividades são realizadas no formato de oficinas. Também, sedia a horta comunitária Amarbem/CIMMAD, que congrega um grupo de guardiãs das plantas medicinais, moradores do bairro e um projeto de extensão da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), vinculado à recuperação e manutenção dos saberes em torno das plantas medicinais.

Cabe destacar que este texto é fruto do “II Encontro Internacional de Metodologias Qualitativas de Pesquisa e/ou Ação”, com o tema “Desenvolvimento territorial sustentável”, ocorrido entre 14 e 16 de março de 2024, na Universidade Estadual de Londrina, sendo debatido em uma versão preliminar no eixo pesquisa-ação urbana. Também, é um dos resultados da tese de doutorado em andamento, bem como de nossa práxis territorial, junto ao CIMMAD, e de discussões no âmbito dos grupos de estudos GEU (Grupo de estudos sobre universidade) e ARIADNE (Rede de estudos socioambientais).

Nesse contexto, nos propomos discutir a importância de aproximações entre universidade e território, a partir de diálogos de saberes-fazeres, considerando a perspectiva decolonial, por meio da Investigação-Ação-Participativa (IAP). Assim, entendemos que sentipensar a relação universidade/território, nos termos de Fals Borda (1984), unindo razão e emoção, no sentido de reconhecer e valorizar os saberes e modos de vida dos sujeitos, no movimento de coprodução de conhecimentos, contribui para potencializar formas ‘outras’ de fazer ciência. Bem como, requer refletir sobre nossas práxis de ação, e nossas compreensões de território, lugar e universidade, a partir de perspectivas que considerem a relação sujeito-sujeito e a potência do diálogo de saberes-fazeres, como caminhos para a construção de soluções locais.

A perspectiva decolonial, nesse contexto, busca respostas à violência da colonialidade (Mignolo 2017), enfrentando e ressignificando formas e relações que permeiam o Ser, o Poder, o Saber e a Natureza, como



caminhos “outros” de compreensão da realidade; considerando modos de pensar, ser e existir com a natureza que se distanciam das cronologias, epistemes e paradigmas modernos (Mignolo 2017). Com essa compreensão, sentipensar nossa práxis social, por meio da IAP, é uma contribuição na direção de relações entre universidade/território, mais horizontais, em que construímos com os sujeitos envolvidos em nossas pesquisas, soluções úteis para o lugar (Fals Borda 2008 [1999]).

Nesse sentido, as leituras de território perpassam relações sociais, culturais e ambientais, considerando coexistências de espaço-temporais, multiescalaridades, singularidades e territorialidades (Saquet 2017) presentes nas distintas relações de poder, que conformam tecidos sociais e redes, que tecem os territórios de vida. E a universidade, é entendida, assim, como lugar epistêmico, de produção de conhecimentos e desenvolvimento humano e tecnológico, de promoção de diversidade cultural (Cichoski e Rubin-Oliveira 2022), bem como lugar forjado em relações de poder, hierarquias e estruturas eurocêntricas, construídos com e pelos princípios da modernidade.

Nessa direção, Mignolo (2015) destaca a necessidade de debates epistêmicos e conceituais acerca da descolonização do conhecimento, voltado para a resignificação das formas de aprender-pesquisar-reaprender-fazer ciências. Tecer movimentos em redes pluriversais de sentir e pensar o mundo, considerando as diferenças, lugares, sujeitos, naturezas e territórios (Escobar 2016). Portanto, trabalhar na direção da transformação da universidade, em que seja possível a pluriversidade de modos de existir, viver, produzir, consumir e pesquisar, respeitando as diferentes culturas, religiões, linguagens, valores e significações de mundo (Mignolo 2015).

O pluriverso, dessa forma é um caminho para dar voz aos outros mundos, que atravessam a história do mundo moderno/colonial, ou ainda, é a possibilidade de coexistência de muitos mundos, considerando sujeitos, saberes, territórios e histórias localizados nas periferias da modernidade (Escobar 2016). Assim, na relação universidade/território buscamos coproduzir diálogos de saberes, respeitando a diversidades de saberes-fazeres socioambientais.

Assim, buscando sentipensar relações entre universidade/território, considerando experiências ‘outras’: participativas e ecológicas, requer entender que os saberes são pluriversais, e estão em movimentos de “incluir diferenças, respeito pelo lugar do outro, reflexão, interiorização e absorção dos conhecimentos e experiências vivenciados por outros grupos sociais, pelos diversos gêneros e ambientes em suas individualidades e potencialidades (Boacik et al. 2020, p.201). E partir de categorias decoloniais, descreveremos uma das experiências em curso, em que estamos em um processo de pesquisar-agir-aprender-refletir no/com o território.

Sentipensando a Investigação-Ação-Participativa

A relação universidade/território numa perspectiva decolonial, perpassa leituras e experiências voltadas para o respeito e reconhecimento da diversidade de saberes/fazeres invisibilizados, presentes nos lugares, bem como sensibilidades de mundo dos sujeitos, co-construindo formas “outras” de conhecimentos. Essas experiências, estão presentes nas fronteiras epistêmicas e ontológicas que coexistem, com a ciência moderna.

Nesse sentido, a universidade segundo Castro-Gomes (2015) funciona como lugar determinante de legitimação de conhecimentos, “estabelece as fronteiras entre o conhecimento útil e o inútil” (Castro-Gomes 2015, p. 71), bem como legítimo e ilegítimo. Essa compreensão de acordo com o autor, são os elementos que sustentam o modelo epistêmico moderno/colonial, que faz da universidade um instrumento fiscalizador do saber, desvelando o movimento de silenciamento, apagamento e não aceitação de todos os saberes e conhecimento que se encontram fora desse modelo. Portanto, classificados como folclóricos, de segunda classe, inferiores, populares (Fals Borda, 2008 [1999]).

Nessa compreensão, a universidade é reconhecida como “lugar privilegiado da produção de conhecimentos” (Castro-Gomes 2015, p. 71); ao mesmo tempo que também é, o lugar de legitimação desse



mesmo conhecimento, num movimento que se alinha ao paradigma euro-norte-cêntrico. Esse movimento, tem como ponto de partida, a conquista da América Latina pelos povos ibéricos, dando início à processos, que se articulam historicamente e tem definido a configuração da sociedade moderna.

Esse movimento, configura historicamente “a modernidade e a organização colonial do mundo” (Lander 2005, p. 10). Assim, relações de poder sobre os modos de produção, trabalho, sociedade, cultural e conhecimento, passam a moldar a narrativa universal, sustentada pela lógica eurocêntrica de saberes, memórias, imaginários, linguagens, tempo e espaço; “se organiza a totalidade do espaço e do tempo -todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados - numa grande narrativa universal”(Lander 2005, p. 10), negando-se a simultaneidade de corpos, pensamentos, territórios, culturas, cosmologias e naturezas.

Segundo Castro-Gomes (2015, p.76), a expansão do capital em escala global, tanto as funções sociais e de trabalho quanto da universidade, sofreram mudanças, desdobrando-se em instrumentos da reprodução do capital, funcionando a partir da ‘performatividade’, estando atrelada a capacidade de “gerar determinados efeitos de poder”; forçando as pesquisas e a produção de conhecimentos na direção da utilidade, reforçando a “biopolítica global”. Esse movimento, está atrelado a ideia de universidade enquanto pilar do Estado, alinhado ao paradigma moderno/colonial, de produção de um modelo único, universal e neutro de produção de conhecimentos e ciência verdadeira.

Nesse sentido, para Rubin-Oliveira e Dal Pai Franco (2015), a produção de conhecimentos dentro das universidades, é uma forma de definir limites e legitimar espaços de poder, para quem os domina, assim faz-se necessário pensar essa mesma universidade, a partir de outros movimentos, que buscam ressignificar os espaços de legitimidade, poder e fragmentação-hierarquização de saberes e conhecimentos. Para as autoras, a universidade precisa ser entendida enquanto esse lugar histórico de poder, mas também como um lugar de “proposição e prospecção” de movimentos criativos e críticos ao modelo hegemônico de ciência.

Também, como espaço de expansão de movimentos – vindos de fora– em favor da pluriversidade, contribuindo para formas “outras” de produção de conhecimentos, voltados para a transformação social. Nesse sentido, entendemos que a universidade não deixa sua história moderno/colonial, pelo contrário, o que se busca é destacar/evidenciar, experiências localizadas em outras formas de produção de conhecimentos.

Essa compreensão busca sentipensar dinâmicas e experiências ligadas à investigação-ação-participativa, que se configuram nas margens, questionando o cartesianismo, principalmente as relações sujeito-objeto, natureza-cultura, conhecimento científico–saber popular, razão-emoção, permeados pela neutralidade, bem como tensionar as relações universidade-território-lugar-sujeito, buscando contribuir para a coprodução de conhecimentos, ressignificando essas mesmas relações.

Nesse sentido, o território passa a configurar-se como elemento chave de compreensão da realidade, de produção de saberes-fazer e reprodução cultural. Segundo Nates-Crus (2009, p.28) a relação dos sujeitos com o território configura a “ordem das representações coletivas, sociais e culturais”; dinamizando as redes de comunicação, circulação e tecnologias (Saquet 2017). Ou ainda, entendemos o território, enquanto lugar vivo, tecido pelas territorialidades, cotidianidades e relações múltiplas entre os sujeitos e destes com a natureza, nas diferentes escalas.

O território é multiescalar “porque se localiza em diferentes escalas – local, regional, nacional e entidades plurinacionais” (Nates-Crus 2009, p.28); e multidimensional, porque envolve ações coletivas, relações de poder, identidades, pertencimentos e vínculos com o lugar (Saquet 2017). Desse modo, a coprodução de conhecimentos acontece nos territórios, que são lugares de vida, dinâmicos, situados epistemologicamente e ontologicamente, congregando singularidades e complexidades dos sujeitos e das interrelações com a natureza (Cichoski e Rubin-Oliveira 2022).



Nesse movimento, concordamos com Castro-Gomes (2015), quando ele entende o diálogo de saberes enquanto possibilidade de convivência entre diferentes formas culturais em um mesmo espaço, num movimento de coexistência respeitosa, humilde e solidária. Esse movimento parte do local, das territorialidades cotidianas, dos saberes-fazer socioambientais enraizados e das identidades, podendo contribuir para experiências sentipensantes, dialógicas e participativas. Esse movimento contribuir para a criação de formas “outras” de produção de conhecimentos, por meio da (IAP), voltada para a relação universidade/território. Para Fals Borda (1984), isso exige posturas sentipensantes, que significa a união entre razão e emoção, fazendo referência ao modo de vida (princípios e sensibilidades de vida e viver) dos sujeitos, que sentem e pensam a vida em integração com a Terra.

A IAP se caracteriza como um método científico e de trabalho voltado para a transformação social que “implica organizar e impulsionar movimentos sociais de base como frentes amplas das classes populares e diferentes grupos comprometidos com as mudanças estruturais” (Fals Borda 2012 [1986], p. 139). Assim, esta apresenta-se como prática e movimento que se teoriza com as ações e se atua teorizando, praticando e experimentando a sabedoria e a cultura popular e territorial (Saquet 2022).

Segundo Fals Borda (2006[1981]) o princípio fundamental da IAP é a transformação social, com compromisso e respeito aos sujeitos e suas realidades. Assim, as pesquisas precisam partir da práxis com inserção social, ressignificando as relações teoria-prática, sujeito-objeto e ciência-saber popular. Para tanto, o autor destaca a importância de perspectivas dialéticas e participativas, que contribuem para práticas reflexivas, contextualizadas, bem como relações sujeito-sujeito e conhecimentos acadêmicos e populares em unidade.

Essa leitura, conforme Fals Borda (2013 [2007]), leva a uma redefinição da relação prática-teoria, como possibilidade de produção de conhecimentos num processo próprio e autêntico, a partir da utilização da metodologia IAP. Esse movimento, no entanto, requer uma postura diferente das normalmente praticadas na academia, dentre as quais destacamos: i) a devolução sistemática do conhecimento produzido; ii) uma comunicação diferenciada, apropriada e simples, respeitosa e dialógica entre conhecimentos acadêmicos e saberes populares; iii) uma postura mediadora do/a pesquisador/a entre as instituições políticas e as bases populares; iv) um ritmo de trabalho participativo centrado na reflexão-ação, utilizando-se técnicas específicas para a produção coletiva de conhecimentos de fácil compreensão para as pessoas envolvidas (Fals Borda 2013 [2007]).

Desta maneira, produzem-se conhecimentos interdisciplinares centrados em realidades e problemas próprios, úteis para as pessoas, tentando contribuir para libertá-las da opressão e submissão a partir da construção de uma ciência popular (Fals Borda 2013 [2007]). Valoriza-se a criatividade, o saber popular, o lugar, a cultura e, principalmente, os sujeitos como sentipensantes (Fals Borda 1984). Entende-se, dessa forma a interdisciplinaridade, como “a adoção de uma nova postura intelectual em face da natureza complexa dos problemas com os quais o cientista contemporâneo se confronta” (Raynaut 2011, p. 70). Um movimento que se configura na fronteira disciplinar, a partir do/a próprio/a pesquisador/a, que sente a necessidade de buscar contribuições de outras disciplinas para seu campo de investigação (Raynaut 2011), com consciência dos limites internos e abertura para os saberes-fazer de outros lugares e sujeitos.

A interdisciplinaridade, dessa forma gera dúvidas e reconstruções na relação teoria-prática, no sentido de “evidenciar as divergências existentes entre os vários cientistas no que diz respeito à interpretação do questionamento oriundo da demanda social”(Raynaut 2011, p. 98); ao mesmo tempo, que potencializa metodologias que articulam conhecimentos diferentes. Assim, a grande contribuição da interdisciplinaridade, na investigação-ação-participativa, está no reconhecimento da diversidade, de saberes, fazeres, cosmologias, naturezas, culturas e sensibilidades.



Para Raynaut (2011) a construção de pontes entre diferentes saberes, pode contribuir para aprendizagens mais críticas e contextualizadas. Desse modo, a construção dos saberes acadêmicos, pode acontecer com menos arrogância, de maneira interdisciplinar, menos segmentada, conformando a vivência participativa e horizontal, num movimento de pesquisa e ação, contribuindo para diálogos de saberes-fazer no contexto socioambiental (Fals Borda 2015 [1998]). A participação se apresenta como uma das formas de resistência à exclusão econômica, política e social. Outrossim, participação, consciência de classe e de lugar são intrínsecas à IAP, podendo acontecer nos processos de pesquisa, mas também em outros níveis e lugares, tanto dentro como fora da escola, convertendo-se em uma filosofia de vida pautada no compromisso social e político voltado para o lugar-comunidade e para os saberes-fazer socioambientais (Fals Borda 2015 [1998]; Saquet 2019).

Esse movimento, além dos procedimentos supracitados, requer: i- atitudes críticas em relação aos conhecimentos e saberes-fazer socioambientais e seus usos; ii- técnicas interdisciplinares e multidisciplinares, e; iii- compromisso social, sobretudo para e com as classes populares (Fals Borda 2015 [1998]; Saquet 2019, 2022). Aí a comunicação funciona como “ato sociocultural vinculante” para viver bem (Diaz Esteves e Hlousek Astudillo 2020), a partir de relações horizontais, empatia e diálogo, contribuindo para o fazer comunitário, com valorização dos sujeitos, integração e sensibilidade (Díaz Esteves 2009), sentipensando o viver no lugar-comunidade por meio das relações com a natureza.

Nessa direção, o quadro 1 apresenta alguns princípios e bases trazidos e defendidos na IAP, a partir de Fals Borda (2014 [1997], 1981, 2013 [2007], 2015 [1998]). As fases buscam orientar o/a pesquisador/a no processo de realização e desenvolvimento da IAP, com abertura e flexibilidade, sem perder a cientificidade no processo de pesquisa, ação e reflexão (Mota Neto 2016; Cichoski 2021).

Com base no quadro, podemos entender as fases da pesquisa-ação, tendo em vista a realização de diferentes atividades, junto aos sujeitos envolvidos. Em relação à fase 1, “Autenticidade e compromisso”, entendemos que propõe posturas humildes e comprometidas por parte do/da pesquisador/a com as causas populares, contribuindo com os sujeitos a partir do seu nível de formação, de modo participativo sem perder os critérios metodológicos (Fals Borda 2014 [1997]; Mota Neto 2016).

Nesse sentido, sugere ao investigador/a, movimentos de inserção social junto aos grupos, partindo da formação acadêmica, buscando desenvolver ações (por exemplo oferta de oficinas, cartografia social, participação em reuniões), que possam contribuir no resgate histórico do grupo, bem como no desenho das primeiras informações, que possam potencializar a aproximação entre os sujeitos envolvidos. Também, a colaboração com o grupo no processo de registro das atividades (fotos, vídeos, digitação das memórias das reuniões) desenvolvidas no âmbito do projeto. Desse modo, a inserção no lugar, precisa ser de maneira participativa e dialógica, possibilitando a construção de relações respeitadas e horizontais, em que se possa contribuir com os sujeitos, a partir da formação acadêmica (do/a pesquisador/a), e ao mesmo tempo, aprender com as pessoas, num movimento contínuo de ensino-aprendizagem e trocas de saberes-fazer.

Na fase 2 “Antidogmatismo”, o autor alerta para o cuidado com teorias puras, universais e o endeusamento científico, que contribuem para a manutenção do colonialismo intelectual, destacando a importância da postura mediadora do/da pesquisador/a, num movimento de respeito e fortalecimento das lutas populares, em que a ciência possa estar a serviço das pessoas, com compromisso político (Fals Borda 2014 [1997]; Mota Neto 2016). Nessa fase, propõe-se o resgate da história do lugar, por meio da observação participante, das entrevistas semiestruturadas e registro de depoimentos das conversas com líderes locais, participação em reuniões e oficinas do grupo, leitura e fichamento de teses, dissertações, artigos e capítulos de livros publicados sobre o tema pesquisado. A leitura das teses auxiliada no processo de compreensão da metodologia IAP, bem como do território, da cartografia social, das experiências vividas nos lugares e outras dimensões que envolvem as pesquisas em curso.



Quadro. 1. Metodologia IAP: Orlando Fals Borda.

Fase 1: Autenticidade e compromisso Regra geral	<ul style="list-style-type: none"> - Interações respeitosas e disciplinadas com o objetivo de auxiliar os movimentos de base. - Fuga do objetivismo;
Fase 2: Antidogmatismo Regra geral	<ul style="list-style-type: none"> - Movimento contrário ao dogmatismo; - Cuidado com princípios ideológicos puros; - Postura mediadora do investigador entre as instituições políticas e as bases populares. - Construção de uma ciência que parta das bases a partir de relações humildes, inclusivas, integrativas, informativas e formativas.
Fase 3: Devolução Sistemática Fase – Regras – Níveis (0, 1, 2, 3)	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização da cultura popular reconhecendo seu dinamismo; - Devolução sistemática, ordenada e humilde; - Movimento de desalienação e formação de conhecimentos para os diferentes níveis de alfabetização e condição social. - Comunicação diferenciada e simples;
Fase 4: Retorno aos intelectuais orgânicos Regra geral	<ul style="list-style-type: none"> - Relações dialéticas entre as bases e os intelectuais no processo de investigação; - Formação de um grupo <i>ad hoc</i>, para a construção do conhecimento. - Visão total e integrada do conhecimento; - Interações em campo identificando os problemas reais que envolvem as bases populares.
Fase 5: Ritmo de reflexão-ação Regra geral	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação do conhecimento nas diferentes escalas e de modos diversos; - Ritmo constante de ação- reflexão permeado pela práxis. - Construção do conhecimento em espiral (do simples ao complexo); - Interações constantes entre as bases populares e os grupos de referências.
Fase 6: Ciência popular e técnicas dialógicas Regra geral	<ul style="list-style-type: none"> - Ciência construída a partir das vivências cotidianas e simples, observando as questões locais, as condições socioeconômicas e da vida prática; - Postura do investigador, humilde para ouvir os diferentes discursos construídos nos diversos contextos culturais, manter relações simétricas – sujeito-sujeito; - Compreender os sujeitos de base como <i>sentipensantes</i>.

Fonte: Quadro de Pamela Cichoski, 2021, A interdisciplinaridade na pesquisa e na ação participativa: contribuições de Orlando Fals Borda (RJ: Editora Consequência), 81.

Outro movimento dessa fase é a identificação dos líderes locais e a formação dos grupos chaves para a pesquisa-ação. O que se torna fundamental para o desenvolvimento da pesquisa e das ações participativas. Assim, com esse material torna-se possível a elaboração conjunta dos primeiros materiais sobre o tema pesquisado. Bem como, com a identificação dos grupos chaves e dos/as líderes locais, pode-se construir as agendas de trabalho, considerando a observação e as ações participativas, em um movimento de diálogos contínuos com essas líderes e com os grupos. Desse modo, trabalha-se no ritmo dos sujeitos, respeitando os tempos, as rotinas e modos de vida intrínsecos ao cotidiano de cada um/uma.



Na fase 3, “Devolução Sistemática”, para Fals Borda (2014 [1997]), é o movimento de restituição dos conhecimentos aos grupos de base, de modo que este retorno precisa ser organizado, sistemático e sem arrogância, reforçando as relações sujeito-sujeito, em que as técnicas utilizadas contribuam para a produção de “novo conhecimento a um nível popular” (Fals Borda 2006 [1981], p. 51). Para tanto, o autor destaca quatro regras, divididas em níveis 0, 1, 2, 3 que orientam esse exercício, descritas a seguir.

Na regra 1, “Comunicação diferencial”, trata-se de devolver “os materiais históricos (e outros) de forma adequada e adaptados de acordo com o nível de desenvolvimento político e educacional dos grupos de base que forneceram a informação” (Fals Borda 2006 [1981], p. 51); pode ser feita em quatro níveis: no *nível 0* usa-se técnicas diferenciadas ao da palavra escrita, buscando-se outras formas de interação como mapas-falados, poemas escritos por autores locais, músicas, desenhos e registros de depoimentos.

No nível 1, seguindo a orientação de Fals Borda (2006 [1981]), busca-se construir uma boa comunicação com os grupos de base, por meio de histórias em quadrinhos e ilustrações. Nesse nível, o trabalho volta-se para a produção de materiais ilustrativos e coletivos, a exemplo da construção de logotipos, estampas e figuras que tenham significado para o grupo e que possam ser utilizados pelos mesmos, como forma de representação política.

No nível 2, segundo Fals Borda (2006 [1981], p.52), os materiais produzidos nas diferentes formas, são publicados “em um nível mais elevado e de um modo mais completo para os núcleos de liderança”. Essas informações podem ser sistematizadas pelas lideranças locais e pela comunidade. Com relação a esse nível da devolução sistemática, podem ser desenvolvidas cartografias sociais, as quais descrevem a organização e territorialidades cotidianas dos sujeitos envolvidos nos processos de pesquisa. Também, podem ser escritos textos em coautoria, em formato de cartilhas e panfletos informativos, de fácil circulação e entendimentos nos diferentes níveis de escolaridade, sendo estes materiais de amplo acesso e divulgação.

Já no nível 3, as publicações acontecem no nível acadêmico, atendendo as demandas dos/as pesquisadores, “os mesmos temas são elaborados de forma descritiva e teórica mais geral, levando em conta os contextos nacional e regional, destinada aos intelectuais envolvidos” (Fals Borda 2006 [1981], p. 52). Para atender esse nível da comunicação, sugere-se opções como: participação em eventos, publicação em revistas e capítulos de livros, oferta de minicursos, bem como a publicação das teses e dissertações dos pesquisadores/as envolvidos na pesquisa.

Na regra 2, da “devolução sistemática”, Fals Borda (2006 [1981]), destaca a ‘simplicidade de comunicação’, a qual orienta à uma linguagem mais acessível dos textos acadêmicos, tornando-os mais compreensíveis à todos/as. Com relação a essa regra, cabe destacar a importância da construção coletiva, voltada para exercícios de escrita de textos acadêmicos considerando uma linguagem mais simples e acessível, bem como debates junto aos grupos, buscamos trabalhar os conceitos e temas adotando uma postura de mediação, por meio de vídeos, desenhos, mapas-mentais e apresentações orais.

Já em relação a terceira regra, “Auto investigação e controle”, o autor destaca a importância da auto-investigação por parte dos grupos de base, o que exige controle pelos mesmos no processo de pesquisa. Nesse sentido, o/a pesquisador/a precisa estar em constante diálogo com os grupos de base, buscando entender as demandas e prioridades dos grupos locais, pois “nenhum intelectual ou pesquisador pode determinar sozinho o que dever ser investigado, mas deve chegar a uma decisão após consultar as bases ou grupos populares interessados” (Fals Borda 2006 [1981], p. 52), numa relação sujeito-sujeito.

E a quarta regra, da “devolução sistemática”, é a ‘popularização técnica’ que orienta a “reconhecer a generalidade das técnicas de pesquisa mais simples e torná-las acessíveis a esses grupos” (Fals Borda 2006 [1981], p. 52). Isto significa trabalhar em prol da formação das lideranças locais, de modo que estes desenvolvam o senso de autonomia, rompendo com a dependência intelectual. Assim, cada pesquisador/a pode optar por uma

ou mais técnicas que possam ser popularizadas, um exemplo é a cartografia social, como caminho de sistematização das informações, saberes-fazer e percepções sobre o território. O que pode gerar diferentes aprendizagens e diálogos entre os sujeitos da pesquisa.

Na sequência, a quarta fase da IAP, “retorno aos intelectuais orgânicos”, Fals Borda (2006 [1981]), refere-se a importância do movimento de aprendizagem coletiva, em que o/a pesquisador/a aprende com os grupos de base, possibilitando diálogos de saberes. Esse exercício de trocas dialógicas e práticas contribui para a “articulação teórica: do particular para o geral, e do regional para o nacional, de modo que se pode formar uma visão integrada de todo o conhecimento” (Fals Borda 2006 [1981], p.54). As contribuições dos grupos de base são fundamentais para a produção do conhecimento científico e, ao reconhecer esta dimensão, o/a pesquisador/a pode avançar positivamente no processo de reflexão e sistematização, uma vez que parte da realidade social e de elementos culturais que conformam os territórios como lugar de vida.

Dessa forma, “a tradição popular – seu conhecimento empírico e prático – pode encontrar um lugar de destaque no desenvolvimento da ciência como um processo humano constante (Fals Borda 2006 [1981], p. 54), criando-se espaços para que a voz dos sujeitos possa ressoar socialmente. Os sujeitos que compõem os grupos de base, também podem ser considerados “intelectuais orgânicos”, em que os saberes-fazer populares coexistem com os conhecimentos acadêmicos. Com relação a essa fase, no processo de investigação e ação, torna-se fundamental o diálogo contínuo com os sujeitos envolvidos.

Na quinta fase “ritmo de reflexão-ação” Fals Borda (2006 [1981]) destaca a responsabilidade dos/as pesquisadores/as no processo de articulação dos conhecimentos, considerando os diferentes níveis e escolaridades. Assim, faz-se necessário a adoção de “um ritmo específico no tempo e no espaço, que vai da ação à reflexão, e da reflexão à ação, em um novo nível de prática” (Fals Borda 2006 [1981]), p. 55), respeitando-se os sujeitos com abertura para reavaliações tanto do processo de investigação quanto dos conteúdos sistematizados (Bozzano e Canevari 2020a; Cichoski 2021) (Figura 1).

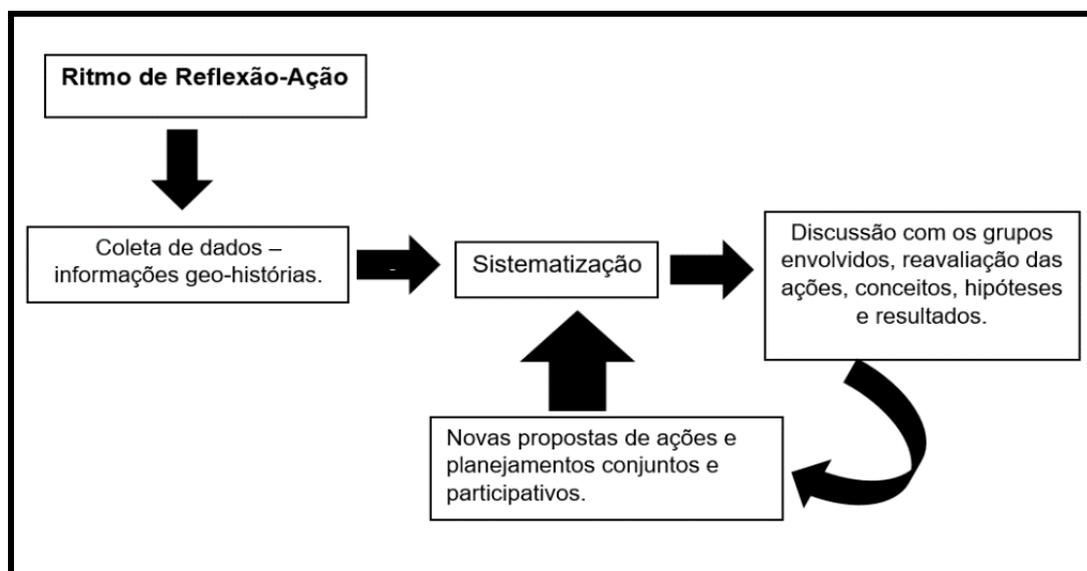


Figura. 1. Ritmo de reflexão-ação em Fals Borda. Fonte: Figura de Pamela Cichoski, 2021, A interdisciplinaridade na pesquisa e na ação participativa: contribuições de Orlando Fals Borda (RJ: Editora Consequência), 67.

Conforme pode ser observado na figura, a produção do conhecimento acontece por meio de diálogos de saberes contínuos, em que os grupos de base fornecem as informações que serão processadas, criando-se um ritmo de reflexão que acontece em conjunto com as ações. Na sequência acontece a restituição de tais conhecimentos aos grupos de base, que participam do processo de reflexão, bem como se considera os

desdobramentos desta restituição nos grupos. Esse exercício vai se repetindo respeitando-se as necessidades, as lutas e os sujeitos (Fals Borda 2006 [1981]). Nesse nível, é possível construir uma cronologia do processo de pesquisa, observando as coexistências espaço-temporais, que conformam os territórios e as territorialidades dos sujeitos.

Por fim, na fase seis “ciência popular e técnicas dialógicas”, Fals Borda (2006 [1981], p. 55) destaca dois aspectos fundamentais: i- o reconhecimento das contribuições dos sujeitos no nível do lugar, para e no processo de pesquisa, em que “a tarefa científica pode ser realizada mesmo nas situações mais insatisfatórias e primitivas com o uso dos recursos locais”, o que não significa que sejam inferiores ou de ‘segunda classe’, e; ii- a orientação para que o/a pesquisador/a adote uma postura aberta, flexível e humilde, de modo a abandonar a arrogância acadêmica e “aprender a ouvir discursos concebidos em diferentes sintaxes culturais”, contribuindo para construir relações sujeito-sujeito.

Nesse sentido, quanto a esse nível, na investigação-ação-participativa cabe mencionar a adoção de uma postura aberta e humilde no processo de construção das teses e dissertações, em que os sujeitos que compõem o território participam ativamente, debatendo e colaborando na escolha dos temas centrais, indicando ao seu modo os conceitos mais importantes, elencando as ações que precisam ser realizadas com uma certa ordem de prioridades, bem como problemas e limites. Esse movimento podem se materializar em reuniões do grupo, nos encontros para as oficinas, nos mutirões de trabalho, nas entrevistas e em conversas tecidas no cotidiano, bem como, na observação participante, em um movimento contínuo de possibilita contato, conversas, escuta e aprendizados com os sujeitos (figura 2).

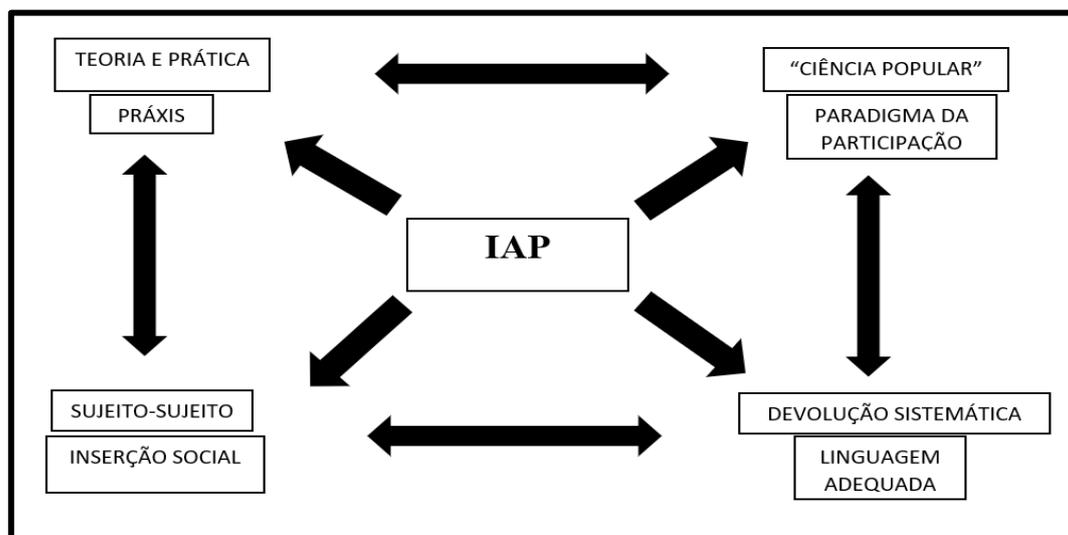


Figura. 2. IAP: Fals Borda (2014 [1993]). Fonte: Figura de Pamela Cichoski, 2021, A interdisciplinaridade na pesquisa e na ação participativa: contribuições de Orlando Fals Borda (RJ: Editora Consequência), 83.

Esse movimento em fases apresentado por Fals Borda (2006[1981]) orienta de forma didática o uso da metodologia IAP, com base em princípios e práticas que fundamentam novas relações e modos de coproduzir conhecimentos, voltados para a transformação social, valorizando os sujeitos, seus saberes-fazeres e modos de vida. Nesse sentido, estamos entendendo que essas fases não precisam, necessariamente, ser seguidas em uma ordem hierárquica, mas sim num movimento em espiral e coexistente, em que estamos teorizando-agindo-refletindo-dialogando-sistematizando com os sujeitos, ao mesmo tempo que vamos construindo nossos textos acadêmicos.

Dessa forma, esse exercício vai se construindo a partir da observação participante, do desenvolvimento de oficinas e das cartografias sociais, da construção do diário de campo e das ações participativas realizadas. E



para melhor explicar esse movimento de pesquisa-ação-reflexão, buscamos detalhar como estamos trabalhando, no contexto do território do CIMMAD, refletindo sobre a coprodução de saberes-fazeres socioambientais.

A Coprodução de Saberes e Fazeres Socioambientais

A coprodução de saberes e fazeres socioambientais vem ao encontro de movimentos associados aos grupos populares, principalmente voltados para compreensões “outras” de natureza, território e vida, o que envolve cosmologias, subjetividades, memórias e identidades. Assim, estamos trabalhando em relações sujeito-sujeito, de modo a tecer conhecimentos com enraizamento territorial. Nesse sentido, estamos entendendo a coprodução de saberes-fazeres socioambientais, por meio da tessitura de processos dinâmicos e flexíveis que envolvem a interação entre sujeitos, territórios, lugares, identidades e sensibilidades de mundo e naturezas, em coexistência espaço-temporalmente. Esse exercício pode gerar conflitos, rupturas e tensões, bem como solidariedade, proximidades, cooperação e esperança.

Esse movimento, volta-se para o local, para a valorização do lugar, o que exige diálogo de saberes e fazeres, reconhecendo os modos de vida na sua diversidade. Que segundo Toro Perez (2020) possibilita o “reencantamento do mundo” e da vida, em que o sentir as formas de vida, são potências de coprodução de novas formas de perceber e estar no mundo. Assim, nosso trabalho busca potencializar os saberes -fazeres socioambientais dos sujeitos, sentipensando o lugar, a produção desse território de vida, tentando contribuir para a resolução de problemas próprios, numa perspectiva de ‘fazer com’ os sujeitos.

Nossa experiência no CIMMAD, busca a tessitura de saberes-fazeres socioambientais, junto as guardiãs das plantas medicinais da Horta comunitária Amarbem/CIMMAD, considerando o movimento sentipensante dos processos e interrelações que compõem e organizam esse território, enquanto um lugar de vida, saberes e aprendizagens coletivas. Para Fals Borda (2006 [1981]) sentipensar os processos de pesquisa, é considerar os saberes-fazeres dos sujeitos que vivem nos lugares, suas percepções sobre as relações sociais, suas compreensões de naturezas e modos de viver, num movimento que respeita o equilíbrio entre razão e emoção. Assim, entendemos este conceito, enquanto a busca por relações respeitadas entre os sujeitos, de destes com a natureza, de modo a perceber a importância da união entre razão e emoção, sem desprendimento da ciência.

Nesse sentido, quando nos propomos trabalhar por meio da coprodução, acreditamos que o diálogo de saberes é uma forma importante de resistência, ligada ao território e às relações sociedade-natureza, com pertencimento, solidariedade, participação e cooperação. Para Leff (2021, p. 476), o diálogo de saberes em suas “práticas discursivas – em suas experiências de vida e em experimentação com o meio ecológico que habitam-, os imaginários dos povos afirmam seu direito de ser-no-mundo e criam raízes em territórios de vida”. Dessa forma, as interações que vivenciamos no CIMMAD (e na horta comunitária Amarbem/CIMMAD) possibilitam entender as territorialidades cotidianas dos sujeitos, com centralidade na horta comunitária, bem como a integração universidade-território.

Desse modo, sentipensar com os sujeitos o lugar de vida, é um exercício delicado e ético que se faz necessário de modo contínuo (Fals Borda 2015 [1998]), por possibilitar o ressoar de outras vozes, olhares, histórias e sensibilidades, como as das guardiãs das plantas medicinais. Assim, ainda é preciso destacar a criação de espaços que são distintos, a partir da atuação do Estado (universidades e prefeitura de Francisco Beltrão), da ONG ASSESOAR e da comunidade, com relações sobrepostas que estão conectados e, assim, co-presentes no território. O conhecimento produzido no lugar, movimenta-se por meio das redes de conexão e circulação, podendo ser absorvido e adaptado em outros lugares, contribuindo para romper a noção de isolamento dos lugares.

Desse modo, percorrendo o caminho de coprodução por meio da IAP, entendemos a importância de relações mais horizontais entre universidade e território, que requerem compromisso político e social, o ritmo



de reflexão-ação, a relação sujeito-sujeito e a comunicação sistemática, num movimento sentipensante da práxis (Fals Borda 2008 [1999]). E para refletir sobre nossa práxis, apresentamos uma experiência, junto as guardiãs das plantas medicinais, considerando a fase 3 da IAP, denominada por Fals Borda (2006 [1981]) de “Devolução Sistemática”, (conforme já foi apresentado anteriormente).

Nessa mesma direção, conforme Fals Borda (2006 [1981]) destaca a importância da auto-investigação por parte dos/as pesquisadores/as e do controle do processo de pesquisa-ação por parte dos coletivos, desse modo, o diálogo e a participação são elementos fundamentais no processo, reforçando a relação sujeito-sujeito. Logo, os resultados coproduzidos precisam ser socializados primeiramente com os coletivos de base, assim realizam-se dois movimentos importantes, sendo a devolução do material sistematizado e a socialização de técnicas simples, que podem auxiliar os líderes locais no processo de luta e resistência. No nosso caso, a cartografia social, foi escolhida como caminho de sistematização.

Nessa direção, a cartografia social é entendida como uma ferramenta da IAP, auxiliando na sistematização contínua dos saberes-fazer dos sujeitos, enquanto movimento estratégico orientado para o fortalecimento das resistências e lutas locais (Mansilla Quiñones 2021). Bem como, possibilita a sistematização de diálogos e desenhos, a partir de depoimentos, elementos e aspectos do território, pelos sujeitos, tecendo relações sujeito-sujeito, que compreendem as sensibilidades de mundo no processo de ressignificação dos territórios como lugar de vida.

Desse modo, ao longo do segundo semestre de 2023, realizamos junto as guardiãs das plantas medicinais, da horta comunitária Amarbem/CIMMAD, oficinas voltadas para o diálogo de saberes e fazeres, resultando na construção de mandalas de plantas medicinais e uma cartografia social, como produto de nossas ações-reflexões. As oficinas foram desenvolvidas a partir da agenda mensal do grupo, ocorrendo uma vez ao mês, na horta comunitária, a partir da proposição de demandas da própria horta, considerando temas como: recepção de visitas, recuperação e produção de mudas de plantas medicinais, limpeza do espaço e o fluxo de doação de mudas para a comunidade. Dentre os temas, ganharam destaque a necessidades e urgência do cuidado com o lugar, a recuperação das matrizes de algumas plantas medicinais e um controle maior de doações das mesmas.

Com esse debate em torno do bem comum da horta comunitária, as guardiãs propuseram a construção de uma mandala, tendo como referência visitas realizadas em outros espaços – cursos de formação sobre plantas medicinais- onde o grupo buscou inspiração para a escolha do desenho e disposição das plantas. Além dos próprios saberes-fazer em torno dos usos e cultivos das plantas. Conforme apresentado na figura 3, para a construção da mandala contamos com a participação das guardiãs, bem como dos bolsistas e professores/as ligados aos projetos de extensão (projeto das plantas medicinais da UNIOESTE), vinculados ao CIMMAD e a horta comunitária. Nesse movimento de construção da mandala, contamos de modo especial, com os saberes das guardiãs, considerando a escolha dos materiais, a disposição dos canteiros circulares e das plantas medicinais.

A escolha das plantas medicinais - que foram nesse primeiro momento plantadas na mandala - são as que representam a maior demanda da comunidade, considerando os pedidos oriundos das famílias das crianças matriculadas na instituição e pelas próprias guardiãs. Como exemplo, hortelã-pimenta, vick, poejo e manjerona, são as plantas mais utilizadas pela comunidade, tanto para remédio como para usos culinários.



Figura. 3. Cartografia social/Mandala Amarbem/CIMMAD. Fonte: figura do autor (2024)

A realização dessas oficinas, cartografia social e construção da mandala contou com a participação do grupo, tendo como princípio orientador a participação, a solidariedade e o diálogo entre sujeitos e instituições, com o objetivo de recuperar as matrizes das plantas medicinais, que mais são utilizadas pelas famílias das guardiãs e da própria comunidade em geral.

Nesse sentido, entendemos que esse movimento contribui para a organização popular e o reavivamentos do sentimento de pertencimento e cuidado com o bem comum, enquanto processos de resistência ao consumismo, a crise climática, a pobreza e a perda dos saberes-fazeres socioambientais. Concordando com Svampa (2019) as experiências de resistência popular, são fundamentais para o cuidado com o bem comum, para o viver bem, para a preservação da natureza e a vida, as quais são amparadas na solidariedade e em modos de vida alternativos ao capital, localizadas nas fronteiras, e voltadas para a sociabilidade e para a manutenção da vida, conforme se faz com o consumo das plantas medicinais.

Considerações Finais/Transitórias

A relação universidade/território possui múltiplas dimensões e formas de atuação nos lugares, no entanto, quando buscamos refletir sobre a mesma, por meio da perspectiva decolonial, agindo e sentipensando a partir da IAP em nossas pesquisas, podemos perceber algumas contribuições e alguns limites. Nesse sentido, cabe destacar, que a perspectiva decolonial, busca a configuração de movimentos em favor de respostas às violências epistêmicas e ontológicas da modernidade/colonialidade.

Esse movimento pode se configurar em processos de coprodução de conhecimentos, que envolvem pesquisas participativas com práxis territoriais. Assim, entendemos o território como um lugar de vida, portanto contém multiescalaridades e multidimensionalidade, estando ligado a subjetividades e a vida concreta dos sujeitos. Dessa forma, a produção do território perpassa materialidades e imaterialidades, relações de poder e compreensão de naturezas, que se apresentam nas territorialidades cotidianas.

Nesse sentido, entendemos que para construir relações universidade/território com mais proximidade, precisamos sentipensar nossas pesquisas, no sentido de valorizar e reconhecer os saberes-fazeres dos sujeitos, seus modos de vida e a produção das territorialidades cotidianas, enquanto movimentos singulares de cada



território. Assim, considerando a perspectiva decolonial, podemos contribuir para ressignificar as formas e relações que permeiam o Ser, o Poder, o Saber e a Natureza, buscando, configurar caminhos “outros” de compreensão da realidade; considerando modos de pensar, ser e existir com a natureza que estejam alinhadas a produção dos bens comuns e ao viver-bem.

O que requer posturas e proposições de relações que possam possibilitar o ressoar de outras vozes, olhares, histórias e sensibilidades, como as das guardiãs das plantas medicinais, por meio da criação de espaços conjuntos, que são distintos e singulares em favor da vida. Dessa forma, nossa busca está, em coproduzir conhecimento úteis para as pessoas que vivem o lugar, com pertencimento e identidade territorial. Pois, entendemos que a mudança de paradigma, pode acontecer quando, buscamos a utilidade no processo de produção de conhecimentos, em favor da transformação social.

Com essa compreensão, podemos destacar que ao longo de nosso processo de pesquisa-ação-reflexão, identificamos com algumas contribuições, a exemplo da coprodução de soluções locais, como a construção da mandala na horta comunitária, considerando a importância das matrizes de plantas medicinais para as guardiãs, bem como a relação sujeito-sujeito tecida nesses últimos anos, resultando em processos de autonomia e manutenção da horta. Mas, também alguns limites, como posturas de desconfiança e receio quando apresentamos nossa pesquisa-ação, em ambientes acadêmicos. O que demonstra a importância de mais pesquisas – em perspectivas decoloniais, territoriais e participativas – para o fortalecimento de relações universidade/território mais ativas, dialógicas e transformadoras.

Por fim, essas experiências de pesquisa-ação-reflexão voltadas para a práxis territorial, contribuem para movimentos em favor de uma universidade mais aberta, próxima e ativa nos territórios, enquanto instituição promotora de aprendizagens críticas, reflexivas, criativas e contextualizada. Universidades que possam potencializar o ressoar das vozes, provenientes dos movimentos sociais, e fortalecendo assim, formas “outras” de coprodução de conhecimentos.

Agradecimentos

Este trabalho contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referências

- Boacik, D. et al. 2020. Pluriverso e Interculturalidade: Uma construção de diálogos além das fronteiras. *Revista Integración y conocimiento*, 1 (2), p.190-208.
- Castro-Gómez S 2015. Descolonizar la universidad. La hibridus del punto cero y el diálogo de saberes. In: PALERMO, Z et al. *Des/colonizar la universidad*. Del Signo (El desprendimiento), Ciudad Autónoma de Buenos Aires, p. 69-84.
- Cataño, G 2008. Orlando Fals Borda sociólogo del compromiso, *Revista de economía institucional*, Colômbia, (10) 19, p. 79-98.
- Cichoski P 2021. *A interdisciplinaridade na pesquisa e na ação participativa*: contribuições de Orlando Fals Borda. Consequência, Rio de Janeiro, p.121.



Cichoski P e Rubin-Oliveira M 2022. Universidade, território e participação social. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, (17) 45, p. 24–53. DOI: 10.14393/RCT174502. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/66003>. Acesso em: 18 dez. 2023.

Díaz Esteves, Víctor Adrián (2009). Lo popular no-Rating: Soberanía de la comunicación popular en América Latina. *Perspectivas de la comunicación*, V.2. N. 1, p. 75-89.

Díaz Esteves, Víctor Adrián E Hlousek Astudillo, Rodolfo (2020). *Sembranzas y discursos de agrupaciones culturales con base territoriales de la Araucanía*. Buenos Aires/Los Ángeles: Argus-A, p.n/s.

Escobar, Arturo (2016). *Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur*. *Revista de Antropología Iberoamericana*, V 11, N 1, p. 11 – 32.

Fals Borda O 2006 [1981]. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão C. *Pesquisa Participante*. Brasiliense, São Paulo, p. 42-62.

Fals Borda O 1984. *História Doble de la Costa*. Carlos Valencia Editores, Bogotá, p. s/n.

Fals Borda O 2008 [1999]. Orígenes universales y retos actuales de la IAP (Investigación Acción Participativa). *Peripetias*, (1) 110, p.1-14. <https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/79283>

Fals Borda, Orlando (2012 [1986]). Primera lección: saber interactuar y organizar-se. In: Herrera Farfán, N y López Gusmán, L. (Org). *Ciencia, compromiso y cambio social*, Buenos Aires, p. 123-141.

Fals Borda, Orlando (2013 [2007]). Hacia el socialismo raizal y otros escritos. In: *Orlando Fals Borda – Socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ed. Desde Abajo, p. 35-136.

Fals Borda, Orlando (2014 [1997]). El problema de como investigar la realidad para transformarla por la praxis. In: Herrera Farfán, N y López Gusmán, L. (Org). *Ciencia, compromiso y cambio social*. Buenos Aires, p. 213 -239.

Fals Borda, Orlando (2015 [1998]). Experiencias teórico-prácticas. In: *Una sociología sentipensante para América Latina*. Cidade do México: Siglo veintiuno, Clacso, p. 303-366.

Lander E 2005. Ciencias sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: Lander E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 8-23.

Leff, Enrique (2021). *Ecología Política: da desconstrução do capital à territorialização da vida*. São Paulo: Editora da Unicamp, p.s/n.

Mansilla Quiñones P 2018. Geografías del no ser: La zona roja del conflicto mapuche como negación de las ontologías territoriales. In: Núñez, A, Aliste, E Molina, R. (*Las*) *Otras Geografías en Chile: Perspectivas sociales y enfoques críticos*. Chile, p. 277- 294.

Mignolo W 2015. El fin de la universidad tal como la conocemos: foros mundiales hacia futuros comunales y horizontes descoloniales de vida. In: PALERMO, Z et al. *Des/decolonizar la universidad*. Del Signo (El desprendimiento), Ciudad Autónoma de Buenos Aires, p. 85-102.



- Mignolo W 2017. *Desafios decoloniais hoje*. Epistemologias do sul, Foz do Iguaçu/PR, (1) 1, p. 12-32.
- Mota Neto J 2016. *Por uma pedagogia decolonial na América Latina*: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. CRV, Curitiba, pp.382.
- Nates-Cruz B 2009. Desterritorialización, centro-periferia, lugar/no-lugar reflexiones desde la antropología del territorio. In: Almeida M G e Nates Cruz, B. *Território e Cultura: Inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais*. Universidade Federal de Goiás/ FUNAPE; Manizales: Universidade de Caldas, p. 26-41.
- Raynaut C 2011. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: Philippi Jr. A e Silva Neto, A. *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Manole, Barueri-SP, p. 69-105.
- Rubin-Oliveira M e Dal Pai Franco M E 2015. Produção de conhecimento interdisciplinar: contextos e pretextos em programas de Pós-Graduação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, (12) 27, p. 15-35.
- Saquet, Marcos (2017). *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*. Editora Consequência, Rio de Janeiro, pp.262.
- Saquet, Marcos (2019). *Saber popular, práxis territoriais e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, pp. 141.
- Saquet, Marcos (2022). *Singularidades: um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra hegemônica*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, pp.159.
- Svampa M 2019. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina*: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Elefante, São Paulo, pp. 191.
- Toro Perez C 2020. Prólogo. Eco-feminismo(s), Geo-hidrografías, Producción y Lucha por los comunes. Alternativas (para re-existir) al Desarrollo (desde Abya/ Yala) en un mundo en crisis. In: Roca-Servat D e Perdomo-Sánchez J. *La Lucha por Los comunes y Las alternativas al desarrollo frente al extractivismo* miradas desde la ecología(s) política(s) latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, p. 15-25.